



Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI Nº 54/2025

Autoria: PREFEITO MURILO ANTONIO DE SOUSA RINALDO

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a utilização de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 1.510.000,00 (hum milhão, quinhentos e dez mil reais) no Orçamento para o exercício de 2025 e dá outras providências."

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal que visa à abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 1.510.000,00, destinados à Secretaria Municipal de Educação.

A suplementação das dotações orçamentárias será coberta mediante anulação de créditos já consignados no orçamento vigente, conforme autorização a ser concedida com base no presente projeto.

CONSIDERAÇÃO PRELIMINAR

Primeiramente, destaco que compete a esta Procuradoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente técnico jurídico, cabendo à Comissão de Justiça e Redação apreciar o aspecto constitucional, legal, gramatical e lógico, conforme preceitua o artigo 55, do Regimento Interno desta Casa de Leis; e ainda, cabe à Comis-

Rua Ruge Maluf, 61 – Monte Mor – SP – CEP 13190-000 – Fone/Fax: (19) 3889-2780

E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br





Câmara Municipal de Monte Mor

“Palácio 24 de Março”

são de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre assuntos de caráter financeiro (art. 56, III, do referido diploma legal) e, ao Plenário a sua deliberação.

Portanto, este parecer é uma peça meramente opinativa, sem conteúdo decisório.

DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, cumpre informar que a competência é privativa do Executivo, estando, portanto, de acordo com as disposições do art. 47, XI, XVII, cumulativamente com os artigos, art. 170 inciso IV do Regimento Interno, bem como a alínea “d”, do artigo 26 da Lei Orgânica do Município de Monte Mor, senão vejamos:

“Art.170. É da competência privativa do Prefeito a iniciativa das leis que disponham sobre:

(...)

IV - o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento anual, **bem como a abertura de créditos suplementares e especiais;**” (grifado)

“Art. 26. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.:

(...)

d) estabelecimento do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais, do plano diretor e **de créditos suplementares e especiais.**” (grifado)

Nos termos do art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964, créditos suplementares são os destinados a reforço de dotação já existente no orçamento. Sua abertura exige autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes, conforme art. 43 do mesmo diploma legal.





Câmara Municipal de Monte Mor

“Palácio 24 de Março”

O art. 167, inciso V, da Constituição Federal também condiciona a abertura de créditos suplementares à prévia autorização legislativa. No presente caso, o projeto indica a fonte de custeio — anulação de dotações do próprio órgão, respeitando-se o princípio da neutralidade orçamentária.

Nos termos do art. 3º do projeto, a proposta contempla a compatibilização das ações previstas com o Plano Plurianual (PPA 2022–2025) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 (Lei Municipal nº 3.239/2024), atendendo ao art. 165, §5º da Constituição Federal e ao art. 16 da LRF.

A justificativa apresentada demonstra que o reforço das dotações visa garantir a continuidade dos serviços de transporte escolar e da folha de pagamento dos servidores contratados da rede municipal de ensino, diante da insuficiência dos saldos orçamentários atuais — o que justifica a urgência na tramitação da proposta.

Conforme entendimento reiterado do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Tribunal de Contas da União, a abertura de créditos suplementares deve observar, cumulativamente, autorização legislativa expressa e comprovação de disponibilidade financeira, sob pena de infringência ao art. 167, V, da CF e ao art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Tais exigências visam garantir o equilíbrio fiscal, o respeito à LOA e a transparência da gestão orçamentária, conforme reforçado em jurisprudência recente publicada nos Boletins de Jurisprudência do TCESP (novembro/dezembro de 2024 e fevereiro de 2025).





Câmara Municipal de Monte Mor

“Palácio 24 de Março”

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria Legislativa opina pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 54/2025, sendo juridicamente viável sua tramitação nesta Casa Legislativa.

A presente manifestação restringe-se ao exame jurídico-formal da matéria, cabendo à Comissão de Finanças e Orçamento avaliar os aspectos financeiros e orçamentários, e ao Plenário deliberar sobre o mérito e conveniência da proposição.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Monte Mor/SP, 13 de Agosto de 2025.

Assinado Digitalmente Por: Kátia
Gisele de Frias Rocha
CPF: *****

Data: 13.08.2025



KÁTIA GISELE DE FRIAS ROCHA
Procuradora Jurídica

